



KULIMAR V

40 Anos das Independências africanas, desenvolvimento artístico e cultural: do passado ao presente, do presente ao futuro

Parte II





FICHA TÉCNICA

Coordenação:

Filimone Manuel Meigos
Isaú Meneses

Editorial

Filimone Manuel Meigos

Revisão de Textos

Marcos Domingos
Madalena Cítia Simbine

Design Gráfico

Victor Sala
Elisio Bajone

Ilustração da Capa

Luís Sozinho

Composição e Design de Capa

Félix Mula
Elísio Bajone
Tiago Marques

Tiragem

500 exemplares

Depósito Legal

020/GABINFO-DEC/2014

ISBN

978989206-3

Edição

Instituto Superior de Artes e Cultura - ISArC
Av. das Indústrias, Machava - Moçambique
Tel. 21748884 - Fax. 21748883
Website: www.isarc.edu.mz
Email: isarc@isarc.edu.mz





A COMISSÃO CIENTÍFICA:

Prof. Doutor Miguel Marrengula - Presidente
Dr. Estevão Malevo - Secretário
Dra. Madalena Cítia Simbine - Secretária
MPH. Vânia Manuel Pedro - Vogal
Dra. Lauché Tiadina Langa - Vogal
Prof. Doutor Leonardo Nhantumbo - Vogal
Dr. Rosendo Mate - Vogal
Dr. Victorino Guatura - Vogal
Dr. Geraldo Mutuque - Vogal
Dr. Luís Sozinho - Vogal





Capítulo I

Que contribuição da história se pode visualizar e/ou perspectivar no processo de gestão do “Património da Cultura Pesqueira” de 2006 a 2012?

*Daniel Caetano R. Inoque*¹

Resumo

O presente artigo, discute a contribuição da história no processo de gestão do “património da cultura pesqueira”. Neste sentido, analisa o desenvolvimento da iniciativa que estabeleceu um museu para as pescas em Moçambique. Este estudo tem como objectivo principal, perceber como esta iniciativa contribui no processo de gestão deste legado cultural. O trabalho é basicamente uma pesquisa bibliográfica e documental, no entanto, entrevistas semi-estruturadas foram realizadas ao “protagonista” do processo do estabelecimento do Museu de Pescas. A história, por um lado, contribui na gestão do património da cultura pesqueira, onde desempenha um papel fundamental na documentação dos objectos com base numa pesquisa bibliográfica e documental, por outro, na recolha de estórias de vida relacionadas aos objectos culturais produzidos pelas comunidades pesqueiras e na documentação das práticas culturais vinculadas a actividade pesqueira.

Palavras-chave: História, gestão de património cultural, património da cultura pesqueira, Museu das Pescas de Moçambique.

¹ Pós-graduado em Estudos de Património pela Universidade Aberta de Lisboa, Bolseiro do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas; Docente das Disciplinas de Património Cultural, Museologia e de História de África no Instituto Superior de Artes e Cultura; Documentalista do Instituto Nacional de Investigação Pesqueira.



Introdução

A contribuição da história no processo de gestão do “património da cultura pesqueira” é a temática de fundo da presente pesquisa. Para tal, fez-se uma incursão histórica ao então processo do estabelecimento do Museu das Pescas, a unidade cultural e de investigação sociocultural e histórico vinculado ao sector pesqueiro, com o intuito de perceber o papel desta ciência dita social na gestão do referido património cultural. O artigo foi alicerçado numa pesquisa bibliográfica e documental, tendo também, privilegiado as entrevistas semi-estruturadas com o principal dinamizador da institucionalização do museu perspectivado.

No entanto, constatou-se que o estabelecimento dum museu para o sector das pescas seria o ponto de partida para a preservação da memória e das práticas culturais decorrentes da actividade pesqueira. Esta acção envolveria uma pesquisa multidisciplinar, onde a história desempenharia um papel fundamental no que concerne à sistematização da informação relativa ao património museológico, arquivístico e bibliográfico, arqueológico e da cultura imaterial, respectivamente, vinculada às pescas em Moçambique. Assim, o “património da cultura pesqueira” reveste-se das formas acima referidas, não se descurando a possibilidade de identificação de outras tipologias no processo de estabelecimento da unidade cultural em questão.

Neste artigo, abordar-se-ão em primeira instância as linhas mestras conceptuais que nortearam o desenvolvimento da temática com principal destaque para a noção de “património da cultura pesqueira”. De seguida, analisar-se-á a história como instrumento de gestão do património cultural e a sua contribuição na gestão do legado cultural das pescas e finalmente serão abordados os resultados da pesquisa e a antevisão das principais conclusões.

Enquadramento Conceptual

Neste ponto, faz-se o enquadramento dos conceitos que serão o suporte da abordagem do tema. Assim, o “património da cultura pesqueira” é a base teórico-prática que perspectiva e orienta a operacionalização do estabelecimento do Museu das Pescas.

O “património da cultura pesqueira” tipologicamente parece assentar-se até então em quatro vertentes: i) museológica; ii) arquivístico e bibliográfico; iii) arqueológico e iv) na cultura imaterial relacionado a actividade.

A vertente museológica, por um lado, assenta na existência de um acervo de objectos “musealizáveis” relacionado à actividade pesqueira artesanal especificamente Ferreira; carpintaria e construção naval; artes, apetrechos e acessórios de pesca e por outro, na existência de alguns objectos relacionados a pesca semi-industrial e industrial não representativa.

Na vertente arquivística e bibliográfica, o património em questão incorpora-se na existência de um acervo documental e bibliográfico das antigas instituições que dirigiram o sector pesqueiro em Moçambique.



A face arqueológica do “património da cultura pesqueira” é marcada pela integração do estudo arqueológico da pesca da baleia. Os alicerces desta vertente assentam-se na existência de ruínas de uma fábrica de processamento de óleo da baleia em Linga-Linga, Morrumbene na província de Inhambane onde se prevê a sua musealização *in situ*.² A musealização deste local, por um lado, reveste-se de capital importância para a preservação da história da pesca da baleia em Moçambique, por outro, o local pelas suas excelentes qualidades paisagísticas constitui-se como um polo de atracção turística na região. Este facto, corporiza a abordagem principal do conceito do museu em constituição, que se centraliza na cultura como base de desenvolvimento.

Na sua vertente de cultura imaterial, o património cultural vinculado à actividade pesqueira, está na sua fase incipiente de conhecimento e conseqüentemente de sistematização. Os estudos identificados até então, abordam basicamente as técnicas de carpintaria e construção naval.³ No entanto, na vertente do “património da cultura pesqueira”, tomando como referência a Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial de 2003, pode-se abarcar quase todos os domínios previstos no presente dispositivo normativo da matéria, conforme a evolução dos estudos e inventário do património em questão.

Resumindo, o “património da cultura pesqueira” corporiza-se na relação que as populações “costeiras” estabelecem com o ambiente aquático e na concepção de formas de expressão e gestão dos recursos marinhos. Por conseguinte, esta relação deixa de ser ocupacional para significar o *modus vivendi* destas “sociedades costeiras”.⁴ A pesca constitui-se como a matriz identitária destes aglomerados humanos onde se estabelecem várias outras actividades relacionadas, compondo uma complexidade de relações, devidamente identificadas na cadeia de produção pesqueira, particularmente a de índole artesanal sendo evidente também na pesca industrial.

História como instrumento para a gestão do Património Cultural

A História constituiu-se quase de forma consensual como pioneira na abordagem do “fenómeno cultural” entre os seus “pares” das ciências sociais e humanas. De facto,

*(...) a História existiu muito antes da constituição das ciências humanas; desde o fundo da idade grega, exerceu ela na cultura ocidental um certo número de funções capitais: memória, mito, transmissão da Palavra e do Exemplo, veículo de tradição, consciência, crítica do presente, decifração do destino da humanidade, antecipação ao futuro ou promessa de um retorno.*⁵

² Manuel Luís Gonçalves, Entrevista 2011; Madiquida, H.; Madime, O. (2011). Pesquisas Arqueológicas em Linga-Linga. Relatório de Pesquisa. Fundo de Fomento Pesqueiro - Projecto Museu das Pescalas.

³ Arantes, A. (2010). Contribuição aos Inventários do Património Cultural Intangível de Moçambique, Maputo, ARPAC, UNESCO.

⁴ Furtado, L. (2006). Origens Pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia, contribuições para projecto de estudo pluridisciplinar. Bol. Para. Goeldi. Ciências Humanas, v. 1:159-172. Acedido em: 07 Dezembro 2010, em: <[http://www.museu-goeldi.br/editora/bh/artigos/chv1n2_2006/origens\(furtado\).pdf](http://www.museu-goeldi.br/editora/bh/artigos/chv1n2_2006/origens(furtado).pdf)>

⁵ Foucault, M. (2005). As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas. Lisboa, Edições 70.





Por conseguinte, retomar-se-á somente a três das funções capitais da história avançadas por Foucault (2005), nomeadamente a função de memória, mito e a de veículo de tradição.

No início do século passado como observa Borges (2011) citando Marc Bloch, evidencia a atenção prestada pela história à dimensão social e cultural das técnicas, que constitui a dimensão mais representativa do património em análise.⁶ Neste sentido, será fundamental analisar como a história aborda de forma específica a dimensão cultural das técnicas.

Numa outra perspectiva, Boaventura Sousa Santos (2010) na sua obra clássica “Um Discurso sobre as Ciências” sugere o diálogo entre o conhecimento científico e o senso comum, traduzindo-se até certa forma na interdependência entre ambas formas de conhecimento e gerando-se como resultado deste diálogo, a compreensão das dinâmicas de um grupo social numa dada sociedade e de modo mais particular das experiências de vida do indivíduo. Contudo, a História parece abordar o “fenómeno cultural” como prática onde capta, por um lado, as palavras do autor, (...) *a profundidade horizontal das relações conscientes entre as pessoas e coisas,*⁷ por outro, *como ciência tende a captar para além das relações consciente, as experiências incultas do indivíduo nas relações humanas e com a natureza.*

Neste quadro, o domínio da história que corporiza a relação com o património cultural, isto é, na abordagem da história como prática e na sua perspectiva mais recente como ciência, é a história cultural.

“O que é a História Cultural?” A questão que se coloca é título de uma obra célebre na matéria da autoria de Peter Burke. O autor sugere que este “domínio da história” traz ao de cima aspectos não generalizados na sua abordagem de forma específica até aos anos 70 do século passado pela historiografia dominante, que tem como força motriz as questões de natureza política, militar, económica e social.⁸ Este domínio da história (...) é a que fixa o estudo das formas de representação do mundo no seio de um grupo humano cuja natureza pode variar – nacional, regional, social e política, e que analisa a gestação, a expressão e a transmissão. Esta citação de François Sirinelli é citada por Rioux (1998) que sugere como sendo uma definição operacional e dotada de pragmatismo da história cultural. Este domínio, segundo o mesmo autor, sistematiza (...) *a história das práticas culturais (...) revisitando (...) as sociabilidades, as memórias particulares, as promoções identitárias ou os usos e costumes dos grupos humanos.*⁹ A definição ora em alusão remete às noções de cultura material e imaterial vinculado a um dado grupo humano. Duby (1998) numa outra noção de história cultural assenta a sua abordagem nos comportamentos biológicos, nos ritos e nas tradições que norteiam a governação do quotidiano do Homem no decorrer do tempo no seio da natureza que o rodeiam.

Como se pode observar, as noções deste domínio da história acima descritas avançam nas suas entre linhas a interligação entre a história e o património cultural. Ora vejamos, fica claro que as representações que Sirinelli refere podem

⁶ Borges, M. (2011). Cultura dos Ofícios: Património Cultural, História e Memórias. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, 46:481-508, jul/dez 2011. Acedido a: 25 Julho 2012, em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752011000200005&script=sci_abstract&tlng=pt

⁷ Sousa Santos, B. (2010). *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto, Afrontamento.

⁸ Burke, P. (2008). *What is Culture History?*. Cambridge.

⁹ Rioux, J.-P.; Sirinelli, J.-F. et al. (1998). *Para uma História Cultural*. Lisboa, Estampa.





estar vinculadas à memória quer colectiva como individual, isto é, história de vida ou história como prática, sendo os mitos e as tradições vinculadas à memória colectiva abordado também por Duby (1998). Consequentemente, a história como ciência integra estas noções no estudo sistemático do processo de gestação, representação e transmissão da memória colectiva. É neste contexto que poderá ser gerada de forma negociada com o grupo detentor de um dado legado cultural, a noção de património cultural.

No entanto, para melhor visualizar a relação entre a história e o património cultural seria fundamental e também elucidativo perceber o entendimento deste último entre os vários autores que versaram sobre a temática.

O património cultural como conceito tem sido alvo de várias perspectivas de sistematização o que reflecte até certa forma a evolução do seu conhecimento. Este processo evolutivo é mais visível após a criação da UNESCO em 1945, num contexto específico na história da humanidade, após a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Assim, pela necessidade de proteger um “bem comum” do Homem, foi adoptada uma convenção que “obriga” os estados a protegerem o seu respectivo património cultural. Nesta convenção, a noção do património cultural estava assente nos bens da cultura material.¹⁰ Num segundo momento foram detalhadas as várias formas que o património cultural toma mas ainda assente na cultura material.¹¹ O terceiro momento é marcado pela sistematização tipológica do património cultural, isto é, a sua divisão em três grandes grupos: monumentos, conjuntos e locais de interesse, no entanto, limita-se a cultura material.¹²

A viragem na abordagem do património cultural inicia com a Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular/Folclore de 1989, no sentido em que cria as bases que alargam o conceito de património cultural e introduz de forma indirecta a noção de cultural imaterial. O património cultural deixa de ser um assunto para as elites intelectuais e começa a ganhar forma de cultura popular. Entretanto, em 2001 o património cultural alarga o seu horizonte com a necessidade de acomodar os vestígios da actividade humana depositados nas porções de água do globo terrestre com a Convenção sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático.

A abordagem actual relativa a noção do património cultural é marcada pela aglutinação das noções anteriores na medida em que abarca quase todas as dimensões da actividade humana.¹³ Como sugere Pereiro (2006), o que marca o diferencial entre a convenção de 2003 sobre o património cultural imaterial e a convenção de 1972 é a integração de outros “autores” (comunidades, grupos) no processo de “patrimonialização” por um lado e por outro de novos elementos até então ignorados no processo de valorização do património (relações sociais, transformação do meio ambiente, modos de vida) que vão em linha de colisão com as teorias de valorização do “bem cultural” até então vigentes¹⁴. Na óptica

¹⁰ Convenção para a Protecção de Bens Culturais em caso de Conflito Armado (adoptada em Haia a 14 de Maio de 1954.

¹¹ Convenção relativa às Medidas a Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais de 1970.

¹² Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972.

¹³ Convenção para Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003

¹⁴ Pereiro, X. (2006). “Património cultural: o casamento entre património e cultura”. ADRA Revista dos sócios do Museu do Povo Galego, n.º 2: 23-41. Acedido a: 02 Março 2012, em: <http://home.utad.pt/~xperez/ficheiros/publicacoes/>





de Bartolotto (2010), o paradigma patrimonial dominante parece desajustado aos processos de valorização do bem cultural emergente, isto é, a popularização do património cultural contrapõe a elitização da percepção do mesmo até a convenção de 2003.¹⁵

No presente artigo, tomar-se-á como referência operativa conceptual a noção de património cultural apresentada na lei “mor” relativa a matéria em Moçambique que apesar da sua forja longínqua parece bastante actual. A mesma define o património cultural, como sendo na letra do legislador, (...) *o conjunto de bens materiais e imateriais criados e integrados pelo Povo moçambicano ao longo da sua história, com relevância para a identidade cultural moçambicana*¹⁶. Como se observa, a presente apreensão conceptual sintetiza as abordagens acima referidas e enquadra a temática em análise no seu espaço territorial de estudo. De seguida, analisar-se-á de forma específica o tópico central da abordagem iniciando com uma contextualização de outrora estágio de desenvolvimento da iniciativa de estabelecimento do Museu das Pescas em Moçambique.

História e a sua contribuição na gestão do “Património da Cultura pesqueira”

O ano de 2012 marca a passagem dos trinta anos do despertar da ideia da iniciativa do estabelecimento da unidade cultural, de investigação e de divulgação no sector das pescas, que tem o seu epicentro no ano de 1982 no Moçambique pós-colonial. Nos primeiros anos de aprimoramento das ideias iniciais para o desenvolvimento da iniciativa foi efectuada de forma sistematizada a recolha de objectos que em parte compõem hoje o acervo museológico do Museu onde se deu maior primazia à aquisição de ferramentas de ferreiros, carpinteiros navais, embarcações e seus respectivos apetrechos e artes de pesca somente da actividade pesqueira artesanal.¹⁷

O desafio que se avizinhava no processo do estabelecimento do “Museu das Pescas”, se confina de imediato, na definição do seu conceito gerador que dá luz da navegação, podia assentar-se entre outros aspectos, no

*(...) “binómio” cultura e desenvolvimento e constituir-se como pilar da coesão social e do resgate da auto-estima das comunidades pesqueiras rumo a um desenvolvimento sustentável. Por outro lado, assenta-se na necessidade de abordar e sistematizar as dinâmicas sócio-culturais dos grandes operadores pesqueiros.*¹⁸

[patrimonio_cultural/Patrimonio_Cultural.pdf](#)

¹⁵ Bortolotto, C. (2010). A salvaguarda do património cultural imaterial na implementação da Convenção da UNESCO de 2003. *Revista Memória em Rede*, 4:6-17. Acedido a: 02 Março 2012, em: <http://www.ufpe.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede>

¹⁶ MOÇAMBIQUE (2007). Lei n.º 10/88 de 22 de Dezembro, Determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano. In: *Colectânea de Legislação Cultural de Moçambique*. Maputo, Direcção Nacional da Cultura.

¹⁷ Gonçalves, M. (2008). Intervenção do Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Fomento Pesqueiro. Em: *Seminário de Auscultação e Divulgação sobre o Papel e Mandato do Museu das Pescas*. Maputo: Fundo de Fomento Pesqueiro.

¹⁸ Gonçalves, M.; Inoque, D. Porque “musealizar” um sector de actividade produtiva? Lições aprendidas do processo de estabelecimento do Museu das Pescas de Moçambique, 1982 a 2006-2010, Lisboa, VI Encontro dos Museus dos Países e





Porém, a perspectiva de concepção museológica a expor, neste caso pensada, aborda de forma evolutiva o desenvolvimento das pescas em Moçambique tendo como marco inicial a pesca artesanal ou tradicional até as práticas mais modernas.

A gestão do património cultural em Moçambique assenta nas suas premissas fundamentais da Lei n.º 10/88 de 22 de Dezembro que determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano e vaticina, ao que parece, como instrumentos de gestão no seu preâmbulo, a identificação, registo e a preservação. Ademais, os instrumentos acima avançados são “replicados” em documentos orientadores conforme a tipologia do património cultural e até certo ponto alargados de acordo com a especificidade do bem cultural.

No entanto, na área dos museus que se constitui como ponto de entrada para a análise da contribuição da história, o seu domínio cultural na gestão do património cultural assenta nas boas práticas plasmadas na Política dos Museus baseado nas experiências da introdução no país de forma gradual dos requisitos e práticas internacionais na matéria. Dentre os instrumentos avançados na política, em concordância com a “lei fundamental da cultura” resumem-se no inventário e estudo (inclui a identificação do bem cultural) na definição da política de gestão de colecções (a preservação e parte integrante da gestão) e a comunicação (valorização é o ponto central).¹⁹

Para o caso da iniciativa do estabelecimento do Museu das Pescas, o inventário e o estudo da colecção constituiu-se como a etapa inicial para a gestão do acervo museológico, onde a contribuição da história na sua vertente cultural é visível. Ora vejamos, do trabalho desenvolvido neste âmbito restringiu-se a tentativa de recolher informações sobre os objectos tendo como base o contacto com os respectivos colectores e a posterior fez-se o cruzamento da informação com os dados de pesquisa documental.

Numa segunda fase, a perspectiva é iniciar a recolha de histórias de vida junto das comunidades pesqueiras de onde provem os objectos que compõem o acervo do Museu. Pela natureza dos mitos como fonte de informação histórica podia se privilegiar a sua recolha. Os mitos constituem-se como memória colectiva e/ou individual de grupos sociais não sendo diferente nas comunidades pesqueiras de Moçambique tendo como referência os dados preliminares recolhidos no campo.²⁰ Relativamente aos objectos relacionados a pesca industrial, o processo de inventariação perspectivava-se também baseada na pesquisa documental e bibliográfica incluindo a recolha de histórias de vida dos trabalhadores deste subsector onde a contribuição da história cultural poderá ser notável.

O Museu das Pescas detém a posse de um acervo arquivístico e bibliográfico da então Direcção Nacional das Pescas criada logo após a independência de Moçambique em 1975 e da antiga Secretaria de Estado das Pescas antes da integração do sector pesqueiro na entidade central da agricultura e então de pescas na nova estrutura governativa saída das eleições gerais de 1994 no país. Este acervo

Comunidades de Lisboa Portuguesa, Setembro, 2011.

¹⁹ Resolução n.º 11/2010 de 2 de Junho de 2010. Boletim da República de Moçambique n.º22 - I Série. Imprensa Nacional. Maputo.

²⁰ Universidade Pedagógica, Centro de Estudos de Etnociência, Projecto de Investigação Sociocultural e Histórico da Pesca Artesanal em Moçambique, Relatório de Viagem de Trabalho a Província de Nampula, Maputo, 2009





documental foi intervencionado pelo Arquivo Histórico de Moçambique onde a história desempenhou um papel fundamental na reconstituição dos documentos, sistematizando a memória institucional do sector referente ao período em que o país adoptou uma economia de planificação centralizada.

Este acervo será fundamental para a reconstituição da história do sector pesqueiro do país bem como para a tomada de decisão relativa a aspectos de desenvolvimento do sector em causa. Na gestão deste património, a história contribui na classificação dos documentos que transitam para a fase intermédia ou arquivo intermediário e ainda na gestão da colecção arquivística na sua fase permanente ou histórica.

A história poderá com base nos resultados dos trabalhos arqueológicos, sistematizar a história de caça da baleia em Inhambane e na definição das linhas orientadoras da musealização do local histórico dedicado a esta actividade pesqueira. A nível da gestão deste património, perspectiva-se uma intervenção indirecta uma vez que este poderá ganhar a forma de um centro interpretativo da actividade desenvolvida no local.

Relativamente à cultura imaterial vinculada à actividade pesqueira, devido à sua complexidade, abarca várias áreas do conhecimento humano quanto à sua gestão/salvaguarda. A história cultural terá um papel na gestão/salvaguarda na medida em que, o processo da sua integração no “património da cultura pesqueira” carece do envolvimento das comunidades pesqueiras para o caso vertente conforme preconiza a Convenção de Salvaguarda do Património Imaterial. Neste sentido, a história sistematiza as práticas, representações, expressões e todo o conhecimento e aptidões (tecnologia tradicional) das comunidades pesqueiras. O principal mecanismo de gestão/salvaguarda deste tipo de património é o inventário em que a história como se referiu desempenha um papel central.





Conclusões

A contribuição da história na gestão do “património da cultura pesqueira” constituiu o centro da presente reflexão, numa perspectiva de antevisão no processo de estabelecimento da unidade de preservação da “cultura pesqueira”. O processo de inventário e o estudo é a etapa visível da contribuição desta disciplina na gestão do património cultural em análise. Outrossim, a recolha de histórias de vida visualiza-se como parte complementar do processo acima referido. A documentação das práticas culturais vinculadas à actividade pesqueira vaticina-se como parte do processo de gestão.

No tocante ao domínio do património da cultura imaterial da actividade de pesca, a recolha das técnicas relativa a esta área de actividade económica constitui-se como base para a sua preservação num contexto de constantes mudanças onde a história poderá ser um instrumento de captação da evolução do desenvolvimento tecnológico do sector da pesca artesanal.

Num outro desenvolvimento, ainda no contexto da gestão do “património da cultura pesqueira”, os mitos e a memória colectiva das comunidades pesqueiras incorporam a história como prática do referido grupo social. A história como ciência tenta perceber a gestão e a transmissão desse legado cultural para a sua melhor sistematização e gestão desse património.

No entanto, a história por si só, não poderá dar cobertura ao processo de gestão do “património da cultura pesqueira” na medida que o legado cultural em questão apresenta várias facetas e a sua efectiva gestão carece de uma abordagem multidisciplinar.



Referências Bibliográficas

Arantes, A. (2010). *Contribuição aos Inventários do Património Cultural Intangível de Moçambique*, Maputo, ARPAC, UNESCO.

Borges, M. (2011). Cultura dos Ofícios: Património Cultural, História e Memórias. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, 46:481-508, Jul/Dez 2011. Acedido a: 25 Julho 2012, em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752011000200005&script=sci_abstract&tlng=pt

Bortolotto, C. (2010). *A salvaguarda do património cultural imaterial na implementação da Convenção da UNESCO de 2003*. *Revista Memória em Rede*, 4:6-17. Acedido a: 02 Março 2012, em: <http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/beta-02-01/index.php/memoriaemrede>

Burke, P. (2008). *What is Culture History?* Cambridge.

Foucault, M. (2005). *As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. Lisboa, Edições 70.

Furtado, L. (2006). Origens Pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia, contribuições para projecto de estudo pluridisciplinar. *Bol. Para. Goeldi. Ciências Humanas*, v. 1:159-172. Acedido em: 07 Dezembro 2010, em: <[http://www.museu-goeldi.br/editora/bh/artigos/chv1n2_2006/origens\(furtado\).pdf](http://www.museu-goeldi.br/editora/bh/artigos/chv1n2_2006/origens(furtado).pdf)>

Gonçalves, M. (2008). Intervenção do Presidente do Conselho de Administração do Fundo de Fomento Pesqueiro. Em: *Seminário de Auscultação e Divulgação sobre o Papel e Mandato do Museu das Pescas*. Maputo: Fundo de Fomento Pesqueiro.

Gonçalves, M.; Inoque, D. Porque “musealizar” um sector de actividade produtiva? Lições aprendidas do processo de estabelecimento do Museu das Pescas de Moçambique, 1982 a 2006-2010, Lisboa, VI Encontro dos Museus dos Países e Comunidades de Lisboa Portuguesa, Setembro, 2011.

Madiquida, H.; Madime, O. (2011). *Pesquisas Arqueológicas em Linga-Linga*. Relatório de Pesquisa. Fundo de Fomento Pesqueiro - Projecto Museu das Pescas.

Ministério da Educação e Cultura. (2007). Lei n.º 10/88 de 22 de Dezembro, Determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano. In: *Colectânea de Legislação Cultural de Moçambique*. Maputo, Direcção Nacional da Cultura.

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Convenção para a Protecção de Bens Culturais em caso de Conflito Armado (adoptada em Haia a 14 de Maio de 1954).

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Convenção relativa às Medidas a Adoptar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícitas da Propriedade de Bens Culturais de 1970.





Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972.

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular/Folclore de 1989.

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Convenção sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático de 2001.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Convenção para Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003.

Pereiro, X. (2006). “Património cultural: o casamento entre património e cultura”. *ADRA Revista dos sócios do Museu do Povo Galego*, n.º 2: 23-41. Acedido a: 02 Março 2012, em: http://home.utad.pt/~xperez/ficheiros/publicacoes/patrimonio_cultural/Patrimonio_Cultural.pdf

Resolução n.º 11/2010 de 2 de Junho de 2010. *Boletim da República de Moçambique* n.º22 - I Série. Imprensa Nacional. Maputo.

Rioux, J.-P.; Sirinelli, J.-F. et al. (1998). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa..

Sousa Santos, B. (2010). *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto: Afrontamento.

Universidade Pedagógica, Centro de Estudos de Etnociência, Projecto de Investigação Sociocultural e Histórico da Pesca Artesanal em Moçambique, Relatório de Viagem de Trabalho a Província de Nampula, Maputo, 2009.

Entrevista

Manuel Luís Gonçalves, Entrevista realizada em Maputo, 2011.

